

**MIGRAÇÕES, URBANIZAÇÃO E SETOR INFORMAL:  
Estudo sobre as Formas de Comercialização  
em Área de Emigração para as Metrôpoles  
de São Paulo e Rio de Janeiro (Brasil)**

Nilson Crocia de Barros \*

**INTRODUÇÃO**

Após a sua introdução, em inícios da década de 1970, os estudos acerca do setor informal no Brasil obtiveram progressos. As perspectivas de exame do assunto se tornaram muito variadas e se puderam agregar elementos novos à compreensão do problema. As diferentes abordagens sobre as pequenas atividades urbanas neste país incorporaram a preocupação com as diferenciações urbanas e regionais que se verificam na realidade brasileira.

O presente trabalho procura examinar, no âmbito da urbanização brasileira, como as formas de reprodução econômico-social das camadas trabalhadoras das pequenas aglomerações e áreas rurais do Nordeste do Brasil, transbordam para as cidades médias e para as grandes metrôpoles, observando-se o "comércio ambulante" ou "comércio de ruas", mediante o processo migratório.

Nas últimas quatro décadas, o Brasil foi palco de um massivo processo de urbanização. Em 1940, o censo demográfico (IBGE) apontava que 30% da população do país estava nas cidades. O resultado censitário para 1980, indicou que aquele índice se elevara para cerca de 70%. Este universo urbano que inclui desde as pequenas cidades sedes municipais, com alguns milhares de habitantes, até as grandes metrôpoles nacionais (São Paulo, 13 milhões de habitantes, 1980; Rio de Janeiro, 9 milhões de habitantes, 1980), devendo-se observar a existência de sete metrôpoles regionais, com população entre 1 e 2,5 milhões de habitantes (1980), desenvolve-se a partir da ação conjugada do crescimento industrial, dos serviços e comercial, e de uma ampla migração interna das áreas periféricas do sistema espacial nacional, quer para as cidades destas áreas mesmas quer para o eixo metropolitano (SP, RJ) mencionado.

Sendo a região nordeste do Brasil área de intensa emigração para o eixo metropolitano nacional, em cujo processo migratório as populações trabalhadoras conduzem formas de reprodução que se devem retransformar em novo contexto espacial, se optou por estudar caracteres do "comércio ambulante" ou de "ruas" na cidade de Campina Grande, com cerca de 300 mil habitantes, cidade esta situada no âmbito no Nordeste do país, no Estado da Paraíba, Estado com emigração massiva em direção às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

\* da Universidade Federal da Paraíba.

## I - ESTUDOS DO SETOR INFORMAL NA REALIDADE BRASILEIRA

Ainda que seja tema de amplos estudos em toda América Latina (GROMPONE, 1986; SOTO, 1987), far-se-á aqui, à nível muito amplo, identificações de algumas formas de enfoque das pequenas atividades urbanas no Brasil.

Uma ótica poder-se-ia denominar de **inserção do objeto na profundidade histórica**. Ou seja, procura realçar-se a presença das pequenas formas nas cidades brasileiras em contacto estrutural pretérito à industrialização do país, a saber, no século XIX e primeiras décadas do século XX (FARIA, 1972; MOTT, 1975). Cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, por então, apresentavam grande quantidade de pequenos negócios, antes do processo de industrialização de maneira que seria injusto atribuir à industrialização - que se inicia em meados do século XX - a razão de ser das atividades informais numerosas, por conta de serem indústrias economizadoras de trabalho humano (capital intensivas).

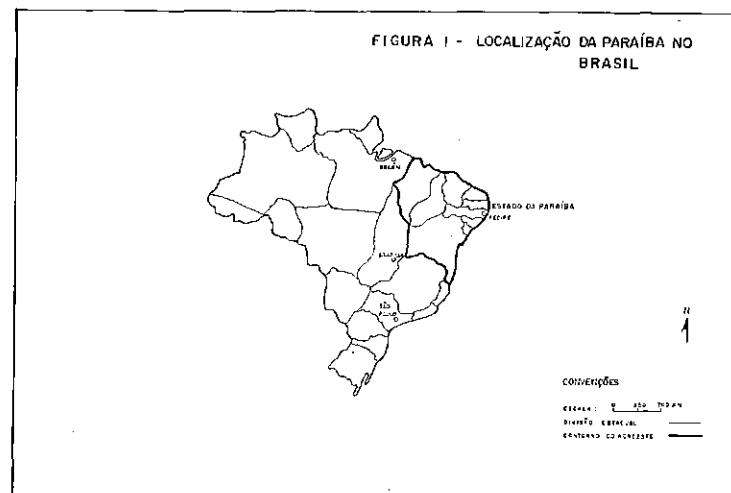
Os estudos no âmbito do CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - aparecem inicialmente sob a denominação de **marginalidade**, e esta vai ser substantivada em termos económicos, apresentando como elemento central de análise o progresso técnico no modo de produção capitalista e as articulações deste com as formas dependentes, observando-se fortes preocupações com as especificidades regionais de estruturas (CARDOSO, 1978: 13-17; SINGER, 1977: 9-98; OLIVEIRA, 1979: 137-168).

Outra vertente de exame do setor informal é representada por estudos mais próximos a políticas de emprego, sob estímulo da OIT (Organização Internacional do Trabalho), Ministério do Trabalho (BR) e Superintendência de Desenvolvimentos do Nordeste (SUDENE), realizando levantamentos e análises em cidades desta região (CAVALCANTI, 1983).

Por sua natureza geográfica, atente-se à análise dos circuitos (SANTOS, 1979). Nesta abordagem, procura verificar-se as relações estreitas e contraditórias entre elementos estruturais diferentes, no espaço, exercendo papel fundamental o sistema tecnológico e as diferenças de rendimentos da população.

Outra maneira de abordar a questão das atividades pequenas nas cidades brasileiras, constitui-se a partir da atenção aos contextos rurais situados no Nordeste do país (GARCIA, 1985: 90-125), de particular interesse para estudos sobre pequena comercialização entre migrantes que se deslocam daí para as cidades brasileiras em geral (1).

(1) Para exame mais detalhado da bibliografia do setor informal no Brasil, ver: CARVALHO, I. M. Urbanização, mercado de trabalho e pauperismo no nordeste brasileiro: uma resenha de estudos recentes. BIB (Boletim Informativo de Ciências Sociais), nº 22. Rio de Janeiro. ANPOCS, set. 1986.



## II - O COMÉRCIO AMBULANTE (DE RUA) NO NORDESTE DO BRASIL

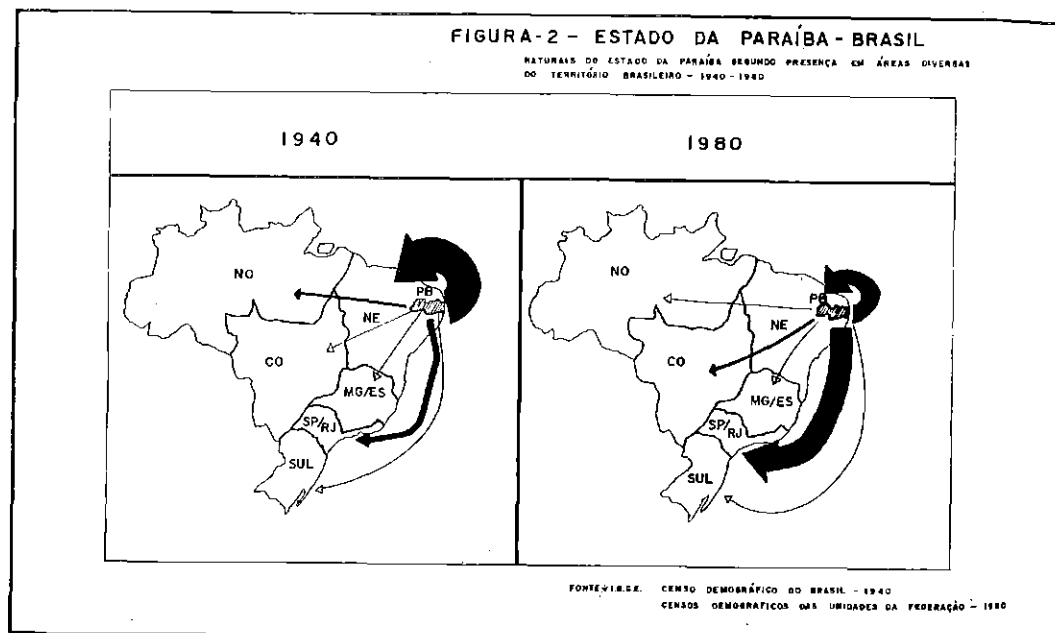
Desde o final do século XIX, as áreas sertanejas do Nordeste do Brasil - ampla área no interior do Nordeste, de ocupação agropecuária, e eventualmente submetida a longas estiagens (secas) - apresentam movimento emigratório substancial. Neste âmbito, o Estado da Paraíba tem, por conta destes fluxos de saída, diminuída a importância da participação da sua população, no conjunto da população brasileira. Em, 1940, cerca de 10% dos naturais desta unidade da Federação residiam fora dela; em 1980, o censo nacional indicava cerca de 30%.

Em 1940, as estatísticas oficiais de migração apontavam que estes fluxos de saída detinham-se em sua quase totalidade (83%) na própria região Nordeste (tabela 01; fig. 02). Contudo, com o crescimento urbano-metropolitano nas décadas de 1940, de 1950, de 1960 e 1970 do denominado eixo industrial de São Paulo/Rio de Janeiro - ou macro-metrópoles - (FAISSOL et alii, 1986, p. 116), acompanhado por amplas inversões do governo federal em transportes e comunicações que concretizaram a integração das diferentes partes do país ao "heartland" do sistema espacial brasileiro, aquelas migrações passam a se dirigir (BECKER, 1982, p. 23-25) mais e mais para o contexto metropolitano em foco. Entre os naturais do Estado da Paraíba que residiam fora dele, para 1940, apenas cerca de 10% estavam nas grandes cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; porém, em 1980, eram cerca de 51%, portanto mais da metade dos emigrados. Ajudam no atendimento deste processo, pelo lado da atração dos migrantes, a incontestável concentração da industrialização brasileira, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo na primeira; e pelo lado da expulsão, um quadro de elevada fecundidade no Nordeste do Brasil, particularmente nas áreas rurais, associado a fenômenos de grande concentração fundiária e processos de mudança nos padrões de uso do solo agrícola. Neste conjunto, uma notável emigração, também, de capitais, atraídos por vantagens de inversão, não só em contextos urbanos do "heartland", mas também para áreas de ocupação agrícola promissoras, na Amazônia e Centro-Oeste Brasileiros.

TABELA 1 - Naturais do Estado da Paraíba segundo presença em áreas diversas do território brasileiro (1940-1980)

ÁREAS	1940		1980	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
ESTADOS DE S. PAULO E RIO DE JANEIRO	16.351	10.30	493.140	51.33
no Estado de S. Paulo	5.956	375	197.797	20.59
na Reg. Metropol. SP	-	-	156.123	16.25
no Estado do Rio de Janeiro	10.395	6.55	295.343	30.74
na reg. metrop. RJ	-	-	288.567	30.04
NORDESTE*	131.762	83.02	341.282	35.54
NORTE	7.623	4.80	14.746	1.54
CENTRO-OESTE	946	0.60	80.440**	8.37
SUL	657	0.41	15.148	1.58
M. GERAIS/E. SANTO	1.376	0.87	15.844	1.65

FONTE DADOS BÁSICOS: IBGE - Censo Demográfico: Brasil, 1940.  
 IBGE - Censos demográficos das Unidades da Federação (Brasil), 1980  
 \* exceto Estado da Paraíba.  
 \*\* com 87% dos quais no Distrito Federal (Brasília) e Goiás.  
 - Informação Inexistente  
 Obs. soma dos valores grifados é = 100%, em cada coluna



A este movimento extraordinário para fora da unidade da federação (Estado da Paraíba), considere-se, e associadamente, a ampla movimentação interna, ou seja, no âmbito estadual. As cidades maiores do Estado apresentam contingentes elevados de população que não são naturais delas, como é o caso de João Pessoa, Campina Grande, Patos (Tabela 2).

No processo migratório, as massas de população conduzem consigo formas de reprodução sócio-econômicas que devem, como já foi afirmado, reproduzir-se em contextos urbanos os mais diversos. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Fortaleza, apresentam, em suas paisagens urbanas, o elemento numerosíssimo que é o comércio de ruas. Neste contextos urbanos, desenvolvem-se verdadeiras lutas em torno dos espaços centrais da comercialização, dando-se atritos entre ambulantes, comerciantes estabelecidos (lojas) e o poder municipal, responsável pela elaboração e aplicação de normas de comercialização e uso do solo urbano. Ainda que em dimensões mais reduzidas, o fenômeno está presente em cidades médias, como Campina Grande (cerca de 300 mil habitantes) (PB), Juazeiro do Norte/Crato (200 mil habitantes, Estado do Ceará), Caruaru (150 mil habitantes, Estado de Pernambuco), no interior do Nordeste. A facilidade de migrações no espaço brasileiro conduz a que comerciantes ambulantes reünam experiência de negociar em cidades distantes a 2 ou 3 mil quilômetros uma da outra, como se pode comprovar em pesquisa na cidade de Campina Grande (BARROS, 1987), verificando-se ambulantes que mercadejaram em São Paulo e Rio de Janeiro.

Examinando-se o comércio ambulante na cidade de Campina Grande, constata-se que o já mencionado atrito estrutural (entre poder municipal, lojas e comerciantes das ruas) não se exaure nestes três elementos. Entre as próprias unidades ambulantes, observam-se colisões. Por exemplo, entre as unidades funcionando em barracas - com melhor aparência -, e as unidades que expõem suas mercadorias sobre o chão; ou as disputas, às vezes violentas, entre unidades que vendem o mesmo produto, por um local julgado mais conveniente. O argumento, de que o "outro" ambulante é irregular frente à prefeitura, é quase sempre empregado. As contradições apresentam grande riqueza de detalhes que não se apresentam à primeira observação. Certos gêneros do comércio ambulante - ferragens, vestuário, calçados, bijouterias - mostram uma localização preferencial por ruas onde o comércio estabelecido (lojas) também apresenta gêneros similares. Isto reforça a especialização funcional por ruas.

TABELA 2 - Cidades no Estado da Paraíba com mais de 20.000 habitantes, com discriminação dos residentes naturais e não naturais do município (1980)

MUNICÍPIO	NAT.DO MUNICÍPIO	NÃO NATURAIS	TOTAL (%)
João Pessoa	53.6	46.4	100
Campina Grande	61.8	38.2	100
Patos	61.7	38.3	100
Souza	84.1	15.9	100
Guarabira	68.1	31.9	100
Cajazeiras	68.9	31.1	100
Sapé	78.6	21.4	100

FONTE: IBGE. Censo Demográfico: Paraíba 1980

Cerca de 57% da clientela do comércio ambulante, que foi entrevistada, afirmou que também comprava em lojas (BARROS, 1987, p. 251), com frequência. Os demais, formam uma clientela mais própria, do micro-comércio de rua e de feira semanal.

Pela elevada quantidade (relativa) de declarações de ambulantes de que nunca realizaram outro tipo de trabalho, senão comércio próprio (34% aproximadamente), e pelo nível de rendimento médio - mais elevado que o dos trabalhadores manuais em geral - que a pesquisa aferiu entre estes mesmos comerciantes, entende-se que não se pode considerar adequadamente o ambulante como refúgio temporário ao desemprego. Antes, é uma atividade estruturalmente sólida, permanente, e cuja reprodução incessante prende-se ao fato da tradicional vinculação comércio/pequena exploração agrícola, nas áreas de onde vêm esses ambulantes, e às possibilidades de realizar a forma nos centros urbanos de diversos tamanhos no território do país. O ambulante em Campina Grande é, em geral, prolongamento de núcleos familiares de agricultores/pequenos comerciantes. Das mesmas áreas rurais de onde vêm para esta cidade referida, partem - e em números mais elevados - para as macro-metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro; nos últimos 20 anos sobretudo para a primeira.

O recurso para iniciar o negócio, ora advém do negócio anterior ou coexistente - é comum uma família de comerciantes ambulantes dispor de dois ou mais pontos de comércio, inclusive nas feiras (fazer o circuito de mercados semanais em vilarejos próximos) -, ou de economia de salário. Observe-se que a unidade econômica básica, em geral, não é o indivíduo, mas a família, tendo o orçamento uma forma agregada.

Não somente ao realizar a venda no varejo de mercadorias produzidas no âmbito das grandes aplicações de capital - quer o bem acabado, ou insumos que o compõem -, ou também amparar-se, em alguns casos, em crédito direto de fornecedores que na sequência mantêm relações financeiras com grandes atacadistas/indústrias/estabelecimentos financeiros, o comércio ambulante transfere rendimentos auferidos de sua atividade para o mercado financeiro, mas também através do mecanismo de captação popular denominado "caderneta de poupança". São participações visando fazer reserva financeira para repor estoques, despesas pessoais/familiares etc. Alguns ambulantes combinam a venda de mercadoria com o negócio de empréstimo de dinheiro a juros, isto evidentemente sendo particularidade de unidades com rendimento mais elevado.

O comércio ambulante, em geral, não tem **campo de influência, próprio**, cuja clientela lhe seja submetida espacialmente. No âmbito da família de formas de micro-comércio na Cidade de Campina Grande, é a **feira central que comanda** o "urban field" de circuito inferior (SANTOS, 1979), aparecendo o comércio ambulante nas ruas centrais da cidade como captora de resíduos da clientela advinda do entorno rural da cidade, e dos bairros, para a feira mencionada. E, para o comércio ambulante, **o dia de maior movimento de vendas não coincide** com dia de feira-central, e a clientela neste dia (2ª feira) é formada em sua maioria por empregados e **conta própria urbanos**. Tal constatação pode sustentar a hipótese de que recursos obtidos pelo micro-comércio ou outras atividades na sexta-feira e no sábado (dias de feira), sejam em parte rendimentos que se orientem como demanda para o comércio ambulante na segunda-feira.

Quando se examinam as unidades comerciais estabelecidas, no Estado da Paraíba, e na cidade de Campina Grande, se constata também a ampla pul -

verização dos negócios e seu caráter informal. No Estado, segundo o Censo Comercial de 1980, 95% dos estabelecimentos comerciais eram sem constituição jurídica, ou firma individual, e reuniam 80% aproximadamente da mão-de-obra do setor, à forma de unidades familiares (BARROS, 1987, p. 98). Uma fração diminuta da força de trabalho no setor encontra-se em firmas comerciais de varejo com organização "industrial", sendo estas formas recentes, da década de 1970. O exame dos serviços conduzem à mesma conclusão. Enfocando a cidade de Campina Grande, de 1975 a 1980, o número de estabelecimentos de serviços, majoritariamente minúsculos - representados por, principalmente, bares, lanchonetes, oficinas de reparo de veículos, eletrodomésticos, etc -, expandiram-se em cerca de 64% (BARROS, 1987, p. 114).

#### CONCLUSÕES

O estudo das formas diversas de micro-comércio, em área origem de grandes fluxos migratórios - Estado da Paraíba - em direção ao centro urbano-industrial do país, oferece possibilidades de melhor compreender as maneiras de adaptação, de recriação, de inserção e saída dos migrantes nos contextos metropolitanos.

Certamente, as relações dos mesmos (migrantes) com o sistema industrial/urbano vão se dar numa esfera sócio-espacial nova, mas nestas relações participam valores, expectativas, ambições, nutridas em contexto sócio-espacial de origem, e se mantêm, pelas facilidades de transportes e comunicações, relações realimentadoras com as áreas de partida. O referencial espacial mais apreensivo é a nível do espaço nacional, e numa perspectiva de sincretismo.

Entende-se que a compreensão das formas de sobrevivência nos ambientes urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro - quer a multidão de ambulantes no centro destas cidades, quer nos subcentros de natureza mais popular, ou os incontáveis estabelecimentos comerciais informais (barracas, vendas) e feiras nas periferias destas cidades - exige compreensão das formas de sobrevivência das populações trabalhadoras nas áreas de origem.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BARROS, N. C.** (1987) **O Pequeno Comércio no Interior do Nordeste do Brasil.** São Paulo, Tese de Doutorado. Depto. de Geografia FFLCH-USP.

**BECKER, B.** (1982) Industrialização e elaboração do sistema espacial nacional. In: **Geopolítica da Amazônia.** Rio de Janeiro, Zahar, pp. 17-32.

**CARDOSO, F. H.** (1978) Prefácio a: **Prandi, R. O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital.** São Paulo, Símbolo.

**CAVALCANTI, C.** (1983) **Viabilidade do Setor Informal: a demanda de pequenos serviços no Grande Recife.** Recife, INPS/SUDENE.

**FAISSOL, S. FERREIRA, M. , MOREIRA, L.** (1986) O processo de urbanização brasileiro. *Revista Geográfica*, 103, 111-157, IPGH, Nenco.

**FARIA, V.** (1972) *Marginalidade Urbana: notas de leitura*. São Paulo, CEBRAP.

**GARCIA, A. R.** (1985) A economia dos agricultores: agricultura, criação e negócio. In: *O Sul: Caminho do roçado*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ.

**GROMPONE, ROMEO** (1986). *Talleristas - vendedores ambulantes en Lima*. Lima, Centro de Estudios e Promoción del Desarrollo.

**OLIVEIRA, F.** (1979) O Terciário e a divisão social do trabalho. *Estudos CEBRAP* 24. São Paulo.

**SANTOS, M.** (1979) *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro. F. Alves.

**SINGER, P.** (1977) Elementos para uma teoria do emprego aplicável a países não-desenvolvidos. In: *Economia Política do Trabalho*. São Paulo, CEBRAP/Brasiliense.

**SOTO, HERNANDO DE** (1987) *El Otro Sendero*. Lima, Instituto Libertad y Democracia.

#### RESUMO

O autor realça a natureza permanente do micro-comércio na realidade brasileira, quer nas maiores quer nas menores cidades do país, relacionando a difusão e consolidação desta forma de intermediação com as amplas migrações que se verificam no território do país.

#### RÉSUMÉ

L'auteur souligne dans ce travail la nature permanente du micro-commerce dans la réalité brésilienne. Qu'il s'agisse des petites ou des grandes villes, on constate que la diffusion et la consolidation de cette forme de distribution sont liées aux grands mouvements migratoires observables sur tout le territoire national.

#### ABSTRACT

The author enhances the permanent character of little-commerce in Brazilian reality, whether in greatest or in smallest cities, relating its diffusion and consolidation with the large scale migrations that takes place in Brazil.